

CONCORRÊNCIA BINACIONAL EF 1811-23
LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL EF 1811-23

SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

SERVICIOS DE AUDITORÍA EXTERNA

ADITAMENTO 3

ADITIVO 3

I) Em conformidade com o disposto no subitem 1.4.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência Binacional EF 1811-23, a ITAIPU responde perguntas realizadas por interessadas nesta licitação:

I) De conformidad a lo dispuesto en el sub ítem 1.4.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Licitación Pública Binacional EF 1811-23, la ITAIPU responde consultas realizadas por empresas interesadas en esta licitación:

PERGUNTA 1.

Sobre as condições de habilitação da empresa [REDACTED] para a licitação em referência como possível licitante e membro do consórcio [REDACTED], em consonância com a adjudicação do pregão de serviços atuariais ao domicílio.

PREGUNTA 1.

“Acerca de las condiciones de habilitación de la firma [REDACTED] para la licitación de referencia como posible oferente en calidad de miembro del consorcio [REDACTED], en consonancia con la adjudicación de la subasta de servicios actuariales en puerta.

Como antecedentes, referimos que a empresa [REDACTED] no dia 11 de dezembro de 2023, foi declarada vencedora do Pregão Eletrônico NA 1735-23 “Contratação de serviços atuariais e financeiros para emissão de relatório e tomada de parecer como quadro de referência o estabelecido nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IAS No. 19 - Benefícios a Empregados) sobre a situação atuarial no final do ano de 2023 dos benefícios pós-emprego patrocinados pela Lei ITAIPU Binacional na Margem Direita e validação de principais premissas atuariais.” (Atualmente está aguardando o recebimento do segundo link para assinatura do instrumento contratual, pois o primeiro não funcionou.)

Como antecedente, les mencionamos que la firma [REDACTED], en fecha 11/dic./2023, fue declarada vencedora de la Subasta a la Baja Electrónica NA 1735-23 “Contratación de servicios actuariales y financieros para la emisión de informe y dictamen tomando como marco de referencia lo establecido en las Normas Internacionales de Información Financiera (NIC N° 19 - Beneficios a los Empleados) sobre la situación actuarial al cierre del año 2023 de los beneficios post-empleo patrocinados por la ITAIPU Binacional en la Margen Derecha y validación de las principales premisas actuariales”. (Actualmente, se está aguardando recibir el segundo enlace para la firma del instrumento contractual, ya que, el primero no funcionó.)

Por um lado, o CBC da Concorrência para auditoria estabelece o seguinte:

Por un lado, el PBC de la licitación para la auditoría establece cuanto sigue respecto a la:

2.3 CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

2.3.2 É vedada nesta licitação a participação de:

- a) empresa que integre mais de um consórcio;
- b) empresa e/ou pessoa física e jurídica a ela ligada que esteja prestando serviços de consultoria à ITAIPU, à FIBRA, à CAJUBI, à FPTI-

2.3 CONDICIÓN DE PARTICIPACIÓN

2.3.2 *Queda prohibida en esta licitación la participación de:*

- a) empresa que integre más de un consorcio;*
- b) empresa y/o persona física y jurídica a ella vinculada que esté prestando servicios de consultoría a la ITAIPU, la FIBRA, CAJUBI, FPTI-*

BR, à FSI, à FPTI-PY e à TESAI que possa caracterizar a perda de sua objetividade e independência. Para os fins desta licitação, são exemplos de serviços de consultoria enquadrados nesta restrição:

i. assessoria à reestruturação organizacional;
ii. avaliação de empresas;
iii. reavaliação de ativos;
iv. determinação de valores para efeito de constituição de provisões para contingências;

v. planejamento tributário;
vi. remodelação dos sistemas contábil, de informações e de controle interno, ou
vii. qualquer outro produto ou serviço que influencie ou possa vir as decisões tomadas pela administração da instituição auditada.

Por outro lado, o Contrato de Prestação de Serviços Atuariais nº 4500073709/2023 (SBE NA 1735-23) estipula como OBJETO DO CONTRATO:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto deste Contrato é a execução pela CONTRATADA dos serviços atuariais e financeiros para emissão de relatório e parecer sobre a situação atuarial ao final do ano de 2023 dos benefícios pós-emprego patrocinados pela ITAIPU Binacional na Margem Direita e validação das principais premissas atuariais, conforme Especificações Técnicas, Anexo I deste Contrato.

Poderia ser interpretado que os serviços atuariais estão enquadrados nas seções iv. ou em VII. da seção 2.3.2. transcrito anteriormente que dizia: determinação de valores para constituição de provisões e reservas técnicas e provisões para contingências; Algum outro produto ou serviço que influencie ou possa influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada?

Ou os serviços atuariais não implicam conflito de interesses ou falta de independência da empresa ■ que prestará o serviço adjudicado?

Ressalte-se que o referido contrato estabelece com relação às restrições: “Não poderão participar consultores e/ou profissionais

BR, FSI, FPTI-PY y TESAI que pueda inducir a la pérdida de su objetividad e independencia. Para los fines de esta licitación, son ejemplos de servicios de consultoría encuadrados en esta restricción:

*i. asesoría y reestructuración organizacional;
ii. evaluación de la empresa;
iii. evaluación de activos;
iv. determinación de valores para efectuar constitución de provisiones y reservas técnicas y de provisiones para contingencias;*

*v. planificación tributaria;
vi. remodelación del sistema de contabilidad, de informaciones y de control interno, o
vii. cualquier otro producto o servicio que inflencie o que pueda influenciar en las decisiones tomadas por la administración de la institución auditada.*

Por el otro, el Contrato de Servicios actuariales N.º 4500073709/2023 (SBE NA 1735-23) estipula como OBJETO DEL CONTRATO:

CLÁUSULA PRIMERA- Constituye objeto del presente Contrato, la ejecución por el CONTRATISTA, de los servicios actuariales y financieros para la emisión de informe y dictamen sobre la situación actuarial al cierre del año 2023 de los beneficios post-empleo patrocinados por la ITAIPU Binacional en la Margen Derecha y validación de las principales premisas actuariales, de acuerdo con las Especificaciones Técnicas, Anexo I de este Contrato.

¿Podría interpretarse que los servicios actuariales están enmarcados en los incisos iv. o en el vii. del apartado 2.3.2. antes transcritos que rezan: determinación de valores para efectuar constitución de provisiones y reservas técnicas y de provisiones para contingencias; cualquier otro producto o servicio que inflencie o que pueda influenciar en las decisiones tomadas por la administración de la institución auditada?

¿O los servicios actuariales no implican un conflicto de interés o falta de independencia de la firma ■ que prestará el servicio adjudicado?

Cabe destacar que, el contrato referido establece respecto a las restricciones: “No podrán participar las consultoras y/o

autônomos que atualmente prestem serviços de auditoria externa e/ou atuarial à ITAIPU Binacional.”

Quanto ao Escopo e responsabilidades, fica estipulado o seguinte: “IV. ESCOPOS E INCUMBÊNCIAS. O serviço é realizado com base nas informações fornecidas pela ITAIPU Binacional, não se trata de um serviço de auditoria ou verificação das informações prestadas, exceto naqueles itens onde é solicitada validação.”

A validade do contrato é até o cumprimento integral das obrigações. O prazo de prestação dos serviços é de 12 meses a partir do pedido de início do serviço.

RESPOSTA

Entendimento correto. No entanto, é fundamental ressaltar que o Serviço Atuarial contratado no âmbito do processo NA 1735-23 está especificamente vinculado ao exercício de 2023. Consequentemente, esse serviço não deve afetar a participação da proponente na licitação EF 1811-23 para "Serviços de Auditoria Externa", pois esta abrangeria os exercícios de 2024, 2025 e 2026.

PERGUNTA 2.

“No ANEXO II, ponto 1.2.3. É necessário Habilitação Econômico-Financeira, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Demonstração das Variações do Patrimônio Líquido, correspondentes ao último exercício social, assinados pelo Representante Legal da Empresa e por profissional devidamente autorizado;

Tendo em vista que o Balanço de 2023 ainda não foi aprovado, visto que o mesmo é realizado no mês de abril de 2024. Corresponderia ao exercício de 2022?”

RESPOSTA

A proponente deverá apresentar o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, considerando a data da sessão pública. É dispensável a apresentação desses documentos na sessão pública, caso a proponente já os tenha apresentado anteriormente para registro ou regularização cadastral - CRC e ainda estejam válidos.

No caso de uma empresa estabelecida no

profesionales independientes que actualmente prestan servicios de auditoría externa y/o actuariales a la ITAIPU Binacional.”

Acerca del Alcance e incumbencias se estipula cuanto sigue: “IV. ALCANCES E INCUMBENCIAS. El servicio es realizado sobre la base de las informaciones suministradas por la ITAIPU Binacional, no se trata de un servicio de auditoria ni de verificación de la información proveída a excepción de aquellos ítems donde se solicitan validación.”

La vigencia del contrato es hasta el cumplimiento total de las obligaciones. El plazo de prestación de servicios es de 12 meses a partir de la orden de inicio de servicio.”

RESPUESTA

Entendimento correcto. No obstante, es crucial tener en cuenta que el Servicio Actuarial contratado bajo el proceso NA 1735-23 está vinculado específicamente al ejercicio fiscal del año 2023. En consecuencia, este servicio no debería afectar la participación del oferente en la Licitación EF 1811-23 para los "Servicios de Auditoría Externa", ya que esta última abarcaría los ejercicios fiscales de 2024, 2025 y 2026.

PREGUNTA 2.

“En el ANEXO II, punto 1.2.3. Habilitación Económica -Financiera, se requiere el Balance General, Estado de Resultados y Estado de Variación del Patrimonio Neto, correspondientes al último ejercicio fiscal, firmado por el Representante Legal de la Empresa y por profesional debidamente habilitado;

En vista a que aún no se encuentra aprobado el Balance 2023, ya que se realiza en el mes de abril de 2024. ¿Correspondería al ejercicio 2022?”

RESPUESTA

El oferente deberá presentar el Balance General y demás estados financieros del último ejercicio fiscal, ya exigibles y presentados de conformidad con la ley, considerando la fecha de la sesión pública. Es dispensable la presentación de estos documentos en la sesión pública, en el caso de que el oferente ya los presentó previamente para registro o regularización catastral - CRC y aún se encuentran vigentes.

En el caso de empresa establecida en el

Paraguai, dependendo de sua estrutura, se a lei exigir que ela apresente seu Balanço Patrimonial e outras demonstrações financeiras do último exercício social até o quarto mês do ano seguinte, então, para fins de habilitação nesta licitação, poderão ser apresentados documentos auditados no ano de 2022. Nos casos em que não for exigido relatório de auditoria, os relatórios de demonstrações financeiras exigidos para esta licitação serão os correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

No caso de empresa estabelecida no Brasil, dependendo do seu enquadramento, se a lei exigir a apresentação do seu Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras do último exercício social até a data posterior à data da sessão pública, então, para efeitos de habilitação nesta licitação, poderão ser apresentados documentos do exercício social imediatamente anterior.

PERGUNTA 3.

“Considerando o disposto na minuta de contrato, temos:

“CLÁUSULA 7a O CONTRATADO cumprirá integralmente as obrigações e condições estabelecidas neste CONTRATO e nos seus anexos, obrigando-se ainda a:

(...)

IX) comprovar, quando solicitado por ITAIPU, o pagamento aos empregados vinculados à execução dos serviços objeto deste CONTRATO, dos salários, das obrigações trabalhistas e previdenciárias;”

Considerando que questões salariais são tratadas de forma confidencial, a fim de não incorrer em violação da intimidade, vida privada e imagem de seus empregados, como lhes assegura o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal;

Considerando, também, que os dados concernentes à identificação e salário dos empregados são informações de interesse particular deles, não podendo o empregador fazer tal divulgação a terceiros sem violar direito constitucionalmente assegurado aos empregados;

Considerando, ainda, que os holerites são documentos pessoais dos empregados e não pertencem ao empregador, que apenas produz o documento para fins de “prestar contas” acerca da remuneração, direitos adimplidos e

Paraguay, dependiendo de su encuadramiento, si la ley le exige la presentación de su Balance General y demás estados financieros del último ejercicio hasta el cuarto mes del año siguiente, entonces para los efectos de habilitación en esta licitación podrá presentarse documentos auditados del año 2022. Para los casos que no se requiera informe de auditoría los informes de estados financieros requeridos para esta licitación serán los correspondientes al ejercicio fiscal cerrado al 31 de diciembre de 2022.

En el caso de empresa establecida en el Brasil, dependiendo de su encuadramiento, si la ley le exige la presentación de su Balance Patrimonial y demás demostraciones financieras del último ejercicio fiscal hasta fecha posterior a la fecha de la sesión pública, entonces para los efectos de habilitación en esta licitación podrá presentarse documentos del ejercicio fiscal inmediatamente anterior.

PREGUNTA 3.

Considerando lo dispuesto en la minuta de contrato, tenemos:

“CLÁUSULA 7a El CONTRATISTA cumplirá íntegramente las obligaciones y condiciones establecidas en este CONTRATO, y en sus anexos, obligándose también a:

(...)

IX) comprobar cuando sea solicitado por la ITAIPU, el pago a los empleados vinculados a la ejecución de los servicios objeto de este CONTRATO, de los salarios, de las obligaciones laborales y de seguridad social.”

Considerando que cuestiones salariales son tratadas de forma confidencial, a fin de no incurrir en violación de la intimidad, vida privada e imagen de sus empleados, como lo garantiza el inciso X del artículo 5º de la Constitución Federal;

Considerando, también, que los datos concernientes a la identificación y salario de los empleados son informaciones de interés particular de ellos, no pudiendo el empleador hacer tal divulgación a terceros sin violar derecho constitucionalmente garantizado a los empleados;

Considerando, además, que las nóminas son documentos personales de los empleados y no pertenecen al empleador, que apenas produce el documento para fines de “rendir cuentas” acerca de la remuneración, derechos cumplidos

descontos aplicados. E, os empregados, por sua vez, têm direito à informação para comprovarem renda perante terceiros, mas o empregador não tem o direito de divulgar o nome e o salário dos empregados.

Considerando, por fim, tendo em vista a entrada em vigor da LGPD e, ainda, que folha de pagamento contém informações pessoais de nossos colaboradores (titulares das informações), será aceita a guia de recolhimento do FGTS e demais certidões que comprovem a regularidade da empresa perante seus funcionários. Está correto o nosso entendimento?”

RESPOSTA

A comprovação do inciso IX), referente à cláusula 7ª da Minuta de Contrato poderia ser realizada, por exemplo, por meio das guias GFIP e GPS a partir do sistema e-social, e dos respectivos comprovantes de pagamento, considerando que para o valor em questão ser gerado para estas guias, os respectivos pagamentos salariais foram providenciados anteriormente.

- Neste caso, eventuais dados pessoais necessários para tal situação seriam aqueles necessários para comprovação da equipe de trabalho que estaria responsável pela execução das atividades e os quais o gestor de contrato tem a necessidade de ter conhecimento para efetuar sua atividade de gestor, sendo o tratamento de tais informações perfeitamente aderentes aos preceitos da LGPD.

- Com isso, não há a necessidade de, para se evidenciar o cumprimento do referido inciso contratual, se utilizar de holerites ou quaisquer documentos similares que mostrem, em caráter individualizado, a remuneração dos profissionais da futura empresa contratada. Assim entendemos estar vencido eventual questionamento a respeito da necessidade ou não de utilização de holerites para a realização da gestão deste inciso contido na cláusula 7ª da minuta contratual.

A eventual impossibilidade de envio das guias supramencionadas ensejaria tratativas outras para que a contratada pudesse evidenciar a comprovação exigida na cláusula contratual, mas ainda assim não significa a necessidade do tratamento de dados pessoais constantes de documento como holerite dos colaboradores da contratada.

y descuentos aplicados. Y, los empleados, a su vez, tienen derecho a la información para comprobar los ingresos frente a terceros, pero el empleador no tiene el derecho de divulgar el nombre y el salario de los empleados.

Considerando, finalmente, teniendo en vista la entrada en vigencia de la LGPD y, además, que la hoja de pagos contiene informaciones personales de nuestros colaboradores (titulares de las informaciones), será aceptado el comprobante de pago del FGTS y demás certificados que comprueben la regularidad de la empresa ante sus funcionarios. ¿Está correto nuestro entendimiento?

RESPUESTA

La prueba del inciso IX), referida a la cláusula 7 de la Minuta de Contrato, podrá realizarse, por ejemplo, a través de las guías GFIP y GPS del sistema e-social, y de los respectivos comprobantes de pago, considerando que por el monto en cuestión a generarse para estas guías, previamente se han concertado los respectivos pagos salariales.

- En este caso, los datos personales necesarios para tal situación serían los necesarios para comprobación del equipo de trabajo que sería responsable por la ejecución de las actividades y que el gestor del contrato necesita conocer para llevar a cabo su actividad de gestión, siendo el tratamiento de dichas informaciones perfectamente adherentes con los preceptos de la LGPD.

- Por tanto, no es necesario, para acreditar el cumplimiento del citado inciso contractual, utilizar nóminas o cualquier documento similar que acredite, de forma individualizada, la remuneración de los profesionales de la futura empresa contratada.

Por tanto, entendemos que queda superada cualquier duda sobre la necesidad o no de utilizar nóminas para realizar la gestión de este inciso contenido en la cláusula 7 de la minuta de contrato.

La eventual imposibilidad de enviar las citadas guías daría lugar a otras negociaciones para que el contratista pueda aportar las pruebas requeridas en la cláusula contractual, pero aún no implica la necesidad de tratar datos personales contenidos en documentos como las nóminas de los empleados del contratista.

PERGUNTA 4.

“Documentos assinados eletronicamente estão dispensados de serem apresentados em cópia autenticada, podendo ser apenas cópia simples. Está correto o nosso entendimento?”

RESPOSTA

Entendimento correto. Gentileza atentar-se à resposta da pergunta 2.

PERGUNTA 5.

“Poderiam compartilhar a matriz SOX a ser considerada no escopo conforme solicitado no edital? Caso não, poderiam nos informar quantos controles e os processos?”

RESPOSTA

A matriz SOX não será compartilhada. Atualmente, a matriz possui 230 controles e 24 processos.

PERGUNTA 6.

“Atualmente, quantos controles e riscos aproximadamente de TI estão considerados dentro da MRC?”

RESPOSTA

São 8 riscos e 45 controles de TI.

PERGUNTA 7.

“Indicar qual seria o relatório solicitado como escopo referente a Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley? Poderia compartilhar o 20-F do último exercício emitido do Itaipu?”

RESPOSTA

Devido à sua organização societária e natureza jurídica, Itaipu Binacional não está obrigada à produção e arquivamento do relatório 20F.

PERGUNTA 8.

“Quantos e quais sistemas farão parte do escopo de auditoria? Se possível, descrever quais processos de negócio são suportados por eles e a classificação da Auditoria de Sistemas do último ano;”

RESPOSTA

O principal sistema que faz parte do escopo de auditoria é o ERP SAP. Outros sistemas que possuam interface com o SAP poderão, eventualmente, ser incluídos no escopo da auditoria.

PREGUNTA 4.

Documentos firmados electrónicamente están dispensados de ser presentados en copia autenticada, pudiendo ser apenas copia simple. ¿Está correcto nuestro entendimiento?

RESPUESTA

Entendimento correto. Gentileza atentar-se à resposta da pergunta 2.

PREGUNTA 5.

¿Podrían compartir la matriz SOX a ser considerada en el alcance conforme solicitado em el pliego? Caso que no, ¿nos podrían informar cuántos controles y los procesos?

RESPUESTA

La matriz SOX no será compartida. Actualmente la matriz cuenta con 230 controles y 24 procesos.

PREGUNTA 6.

Actualmente, ¿cuántos controles y riesgos de TI aproximadamente están considerados dentro de la MRC?

RESPUESTA

Son 8 riesgos y 45 controles de TI.

PREGUNTA 7.

Indicar cuál sería el informe solicitado como alcance referente a la Ley norteamericana Sarbanes-Oxley. ¿Podría compartir el 20-F del último ejercicio emitido de Itaipu?

RESPUESTA

Por su organización societaria y naturaleza jurídica, la Itaipu Binacional no está obligada a producir y archivar el informe 20F.

PREGUNTA 8.

¿Cuántos y cuáles sistemas formarán parte del alcance de la auditoría? Si fuera posible, describir cuáles procesos de negocio son soportados por ellos y la clasificación de la Auditoría de Sistemas del último año.

RESPUESTA

El principal sistema que forma parte del alcance de la auditoría es SAP ERP. Es posible que, eventualmente, se incluyan en el alcance de la auditoría otros sistemas que tengan una interfaz con SAP.

A relação de processos de negócios que são suportados pelo ERP SAP pode ser derivada das demonstrações contábeis e do relatório anual de Itaipu Binacional, ambos disponíveis no site institucional da empresa.

PERGUNTA 9.

“Os controles que suportam os processos de ITGC’s (Gerenciamento de Mudança, Acesso Lógico, Acesso Físico e Operações de TI) são os mesmos para todos os sistemas, ferramentas e empresa do escopo? Caso não, pode explicar as possíveis diferenças?”

RESPOSTA

De modo geral, os controles de ITGC’s constantes nas matrizes SOX são idênticos para todos os sistemas.

PERGUNTA 10.

“Existe previsão de implementação de novos sistemas ou descontinuidade de algum sistema escopo ao longo do período escopo da Auditoria?”

RESPOSTA

Sistemas de informação são implantados e descontinuados com frequência em função da dinâmica do negócio.

Existe a possibilidade de migração da atual versão do SAP utilizada por ITAIPU para uma versão mais moderna no período do escopo da Auditoria. Este cenário, entretanto, não está definido.

PERGUNTA 11.

“Qual a infraestrutura que suporta os sistemas escopo da Auditoria (descrever para todos os sistemas do escopo)? Adicionalmente, os processos de ITGC’s (Gerenciamento de Mudança, Acesso Lógico, Acesso Físico e Operações de TI) que suportam a Uma empresa-membro da [REDACTED] infraestrutura abaixo são os mesmos que suportam os sistemas e ferramentas escopo da Auditoria?”

RESPOSTA

Os processos e ITGC’s que constam na matriz SOX abrangem tanto os sistemas quanto a infraestrutura de suporte destes sistemas.

A infraestrutura relevante a ser considerada no escopo de auditoria é a que suporta a operação

La lista de procesos de negocio soportados por SAP ERP puede derivarse de los estados financieros y del informe anual de la Itaipu Binacional, ambos disponibles en el sitio institucional de la empresa.

PREGUNTA 9.

Los controles que soportan los procesos de ITGC’s (Gerenciamiento de Cambio, Acceso Lógico, Acceso Físico y Operaciones de TI), ¿son los mismos para todos los sistemas, herramientas y empresa del alcance? Caso que no, ¿puede explicar las posibles diferencias?

RESPUESTA

En general, los controles ITGC’s contenidos en las matrices SOX son idénticos para todos los sistemas.

PREGUNTA 10.

¿Existe previsión de implementación de nuevos sistemas o discontinuidad de algún sistema de alcance a lo largo del período de alcance de la Auditoría?

RESPUESTA

Los sistemas de información se implementan y descontinúan con frecuencia dependiendo de la dinámica del negocio.

Existe la posibilidad de migración de la versión actual de SAP utilizada por ITAIPU para una versión más moderna durante el período cubierto por la Auditoría. Este escenario, sin embargo, no está definido.

PREGUNTA 11.

¿Cuál es la infraestructura que soporta los sistemas alcance de la Auditoría (describir para todos los sistemas del alcance)? Adicionalmente, los procesos de ITGC’s (Gerenciamiento de Cambio, Acceso Lógico, Acceso Físico y Operaciones de TI) que soportan a una empresa-miembro de [REDACTED] infraestructura abajo, ¿son los mismos que soportan los sistemas y herramientas alcance de la Auditoría?

RESPUESTA

Los procesos e ITGC’s que aparecen en la matriz SOX abarcan tanto los sistemas como la infraestructura de soporte de estos sistemas.

La infraestructura relevante a considerar en el alcance de la auditoría es aquella que soporta la

do SAP e pode ser verificada, em termos gerais, no portal da própria SAP ou em portais especializados.

PERGUNTA 12.

“Poderiam compartilhar o escopo do relatório previamente acordado semestral conforme citado para a Fundação Itaipu e Fibra?”

RESPOSTA

O escopo está descrito no Anexo III - Especificações Técnicas, item 3.3.4.16.

PERGUNTA 13.

“Para nossos procedimentos de independência, poderiam compartilhar as seguintes informações: i) organograma societário; ii) obtenção da lista de todos os diretores e executivos que possuem posição de “FRORs” (Financial Reporting Oversight Role) na data base de 31.12.23;”

RESPOSTA

A relação de executivos que possuem posição de “FRORs”, de acordo com a definição do PCAOB, está disponível no site institucional da empresa.

PERGUNTA 14.

“Com relação aos documentos que necessitam de assinatura, tais como proposta de preços, declarações e procuração/substabelecimento, entendemos que serão aceitas assinaturas digitais através dos sistemas DOCUSIGN ou ICP-Brasil, sendo recíproco o entendimento do item 2.15.2.2, tendo em vista ambos os sistemas possuem todos os dados necessários para constatação do signatário, bem como tecnologias de segurança, como criptografia, monitoramento de sistema, testes de penetrações, entre outros. Nosso entendimento está correto?”

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 15.

“Sobre a proposta técnica, entendemos que os critérios de julgamento serão relativos aos documentos de atestação técnica (Quesitos Q1 a Q4), não sendo necessária a apresentação de proposta escrita com plano de trabalho, metodologia, etc., já que não será critério de avaliação. Nosso entendimento está correto?”

operación de SAP y puede ser verificada, en términos generales, en el propio portal de SAP o en portales especializados.

PREGUNTA 12.

¿Podrían compartir el alcance del informe previamente acordado semestral conforme citado para la Fundación Itaipu y Fibra?

RESPUESTA

El alcance se describe en el Anexo III - Especificaciones Técnicas, punto 3.3.4.16.

PREGUNTA 13.

Para nuestros procedimientos de independencia, ¿podrían compartir las siguientes informaciones?: i) organigrama societario; ii) obtención de la lista de todos los directores y ejecutivos que poseen posición de “FRORs” (Financial Reporting Oversight Role) en la fecha base de 31.12.23.

RESPUESTA

El listado de ejecutivos que ocupan cargos “FRORs”, según definición de la PCAOB, está disponible en el sitio web institucional de la empresa.

PREGUNTA 14.

Con relación a los documentos que necesitan de firma, tales como oferta de precios, declaraciones y poderes/sustitución, entendemos que serán aceptadas firmas digitales a través de los sistemas DOCUSIGN o ICP-Brasil, siendo recíproco el entendimiento del ítem 2.15.2.2, teniendo en cuenta que ambos sistemas poseen todos los datos necesarios para constatación del firmante, así como tecnologías de seguridad, como criptografía, monitoreo de sistema, pruebas de penetraciones, entre otros. ¿Nuestro entendimiento está correcto?

RESPUESTA

Entendimiento correcto.

PREGUNTA 15.

Sobre la oferta técnica, entendemos que los criterios de juzgamiento serán relativos a los documentos de certificación técnica (Requisitos R1 a R4), no siendo necesaria la presentación de oferta escrita con plan de trabajo, metodología, etc., ya que no será criterio de evaluación. ¿Nuestro entendimiento está correcto?

RESPOSTA

Entendimento correto.

PERGUNTA 16.

“Considerando a necessidade de realização de consórcio e, ainda, tendo em vista os feriados e recessos neste período do ano, o que dificulta a emissão e reunião dos documentos técnicos, solicitamos a prorrogação do certame em, pelo menos, 10 (dez) dias contados da data marcada para entrega dos envelopes. Ressalta-se que essa prorrogação é de suma importância para uma análise mais detalhada dos serviços a serem executados e, por consequência, a apresentação de proposta competitiva e com qualidade necessária para melhor atendimento do objeto licitado.”

RESPOSTA

Pedido indeferido. A prorrogação de prazo já foi concedida por meio do Aditivo 2, publicado em 04/01/24.

PERGUNTA 17.

Quanto ao disposto no CBC (QT1) Experiência na prestação de serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras, consultamos se devemos apresentar certificados tanto para os itens a) quanto para b), ou será considerada válida para a pontuação a apresentação de certificados em apenas um dos itens.

RESPOSTA

São itens diferentes, portanto, é necessário um certificado para cada item. A alínea "a" refere-se às empresas do setor de geração e/ou transmissão de energia elétrica, e a alínea "b" solicita um certificado de uma holding de um grupo econômico, independentemente do ramo de atividade.

PERGUNTA 18.

Em relação ao ponto 7.4 do ANEXO III Especificações Técnicas, consultamos qual será a metodologia de aprovação da equipe de auditores que a ITAIPU utilizará, e se será uma vez declarada a empresa vencedora ou caso contrário o CV deverá constar na proposta técnica. Seguindo no mesmo ponto, consultamos quais informações serão necessárias para a aprovação da equipe.

RESPUESTA

Entendimento correcto.

PREGUNTA 16.

Considerando la necesidad de realización de consorcio y, además, teniendo en cuenta los feriados y recesos en este periodo del año, lo que dificulta la emisión y reunión de los documentos técnicos, solicitamos la prórroga del certamen en, por lo menos, 10 (diez) días contados a partir de la fecha marcada para entrega de sobres. Se resalta que esa prórroga es de suma importancia para un análisis más detallado de los servicios a ser ejecutados y, por consecuencia, la presentación de oferta competitiva y con la calidad necesaria para mejor atendimento del objeto licitado.

RESPUESTA

Solicitud denegada. La prórroga de plazo ya fue concedida por medio de Aditivo 2, publicado en fecha 04/01/24.

PREGUNTA 17.

“Referente a lo establecido en el PBC (RT1) Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables, consultamos si debemos presentar certificados tanto por el ítem a), como por el b), o será considerado válido para la puntuación la presentación de los certificados en solo uno de los ítems.”

RESPUESTA

Son ítems diferentes, por lo que se requiere un certificado para cada ítem. El inciso "a" se refiere a empresas del sector de generación y/o transmisión de energía eléctrica, y el inciso "b" solicita un certificado de un holding de un grupo económico, independentemente del ramo de actividad.

PREGUNTA 18.

“Referente al punto 7.4 del ANEXO III Especificaciones técnicas, consultamos cual será la metodología de aprobación del equipo de auditores que utilizará ITAIPU, y si será una vez declarada la empresa ganadora o de lo contrario debe ser incluido el CV dentro de la propuesta técnica. Haciendo seguimiento al mismo punto, consultamos cual será la información requerida para la aprobación del equipo.”

RESPOSTA

O perfil da equipe de trabalho deverá ser apresentado concomitantemente ao planejamento dos trabalhos de auditoria previsto no Anexo III, sem prejuízo do prazo de 5 (cinco) dias corridos após a assinatura do contrato, para indicação de representante, coordenador de serviços e seus eventuais substitutos para responder à ITAIPU pela prestação dos serviços, tal como previsto no anexo VII.

Para obter detalhes sobre o perfil da equipe de trabalho, consulte o Anexo III, especificamente o Ponto 7, que aborda as Especificações Técnicas relacionadas ao perfil da equipe. O envio do currículo deve conter todas as informações necessárias para validar o nível de experiência profissional exigido.

PERGUNTA 19.

No que se refere à (QT2) Experiência na prestação de serviços de auditoria independente das Demonstrações Financeiras de empresas listadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou Comissão Nacional de Valores Mobiliários - CNV.; questionamos se o certificado emitido por pessoa jurídica deve especificar “A emissão de qualquer relatório exigido pela CNV ou com certificado emitido pela pessoa jurídica listada, que especifique que o trabalho de auditoria das Demonstrações Financeiras é considerado válido para pontuação a) do QT2.

RESPOSTA

Haciendo referencia únicamente a la experiencia en la prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables de empresas cotizadas en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM o la Comisión Nacional de Valores - CNV, se considerará suficiente para validar el certificado.

PERGUNTA 20.

“No item 1.7 Restrições parágrafo "f" há menção sobre o artigo 31 da instrução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, que restringe a prestação de serviço para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco exercícios sociais consecutivos, exigindo-se um intervalo mínimo de três exercícios sociais para a sua recontração.

RESPUESTA

El perfil del equipo de trabajo deberá presentarse simultáneamente con la planificación de los trabajos de auditoría previstos en el Anexo III, sin perjuicio del plazo de 5 (cinco) días corridos después de la firma del contrato, para indicar un representante, coordinador de servicios y sus eventuales sustitutos para responder ante la ITAIPU por la prestación de servicios, conforme a lo previsto en el Anexo VII.

Para detalle sobre el perfil del equipo de trabajo, consultar el Anexo III, específicamente el Punto 7, que aborda las Especificaciones Técnicas relacionadas con el perfil del equipo. La presentación del CV debe contener toda la información necesaria para validar el nivel de experiencia profesional requerido.

PREGUNTA 19.

“Referente al (RT2) Experiencia en prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables de empresas que cotizan en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM o Comisión Nacional de Valores - CNV.; consultamos si en el certificado emitido por persona jurídica debe especificar la emisión de algún informe requerido por la CNV o con el certificado emitido por la persona jurídica que cotiza en bolsa, que especifica el trabajo de auditoría sobre los Estados Financieros se considera válido para puntuar punto a) del RT2.”

RESPUESTA

Haciendo referencia únicamente a la experiencia en la prestación de servicios de auditoría independiente de los Estados Contables de empresas cotizadas en la Comisión de Valores Mobiliarios - CVM o la Comisión Nacional de Valores - CNV, se considerará suficiente para validar el certificado.

PREGUNTA 20.

En el ítem 1.7 Restricciones parágrafo "f" se menciona el artículo 31 de la instrucción CVM nº 23, del 25 de febrero de 2021, que restringe la prestación de servicio para un mismo cliente, por plazo superior a cinco ejercicios sociales consecutivos, exigiéndose un intervalo mínimo de tres ejercicios sociales para su recontraación.

Nesse sentido, gostaríamos de entender se o consórcio das firmas de auditoria que ganharam a licitação do ano anterior, são qualificadas para participar desta licitação, considerando que o tempo de prestação de serviço se estenderia para o total de 6 anos consecutivos, ou isso já seria visto uma restrição para a licitação?”

RESPOSTA

Para o caso citado, a concorrente se enquadra na restrição do subitem 1.7.1 “f” do CBC e, portanto, não estaria qualificada para participar da licitação.

PERGUNTA 21.

“Considerando o disposto no CADERNO DE BASES E CONDIÇÕES: da Concorrência Binacional EF 1811-23:

1.7.1 Não poderão participar das licitações, nem contratar com a ITAIPU:

(...)

“f) pessoas jurídicas que se enquadrem em impedimentos e/ou incompatibilidades com a prestação dos serviços objetos desta licitação, em relação à ITAIPU, a FIBRA, CAJUBI, FPTI-BR, FSI, FPTI-PY e TESAI, conforme os artigos 22 a 24 e artigo 31 da Instrução CVM no 23, de 25 de fevereiro de 2021 e de acordo com a regulamentação profissional vigente do Conselho Federal de Contabilidade;” (grifo nosso)

Considerando que a Itaipu não é uma Companhia de Capital Aberto, não sendo regulada pela CVM;

Considerando, ainda, que nem na Governança de Itaipu, nem no Tratado Binacional é trazido o tema da necessidade do rodízio de auditores;

Considerando, também, que na Concorrência Binacional EF1601-20, para contratação de auditoria trazia apenas a restrição abaixo:

“f) pessoas jurídicas que se enquadrem em impedimentos e/ou incompatibilidades com a prestação dos serviços objetos desta licitação, em relação à ITAIPU, a FIBRA, CAJUBI, FPTI-BR, FSI, FPTI-PY e TESAI, conforme os artigos 22 a 24 da Instrução CVM no 308, de 14 de maio de 1.999;”

Considerando que incluir restrições excessivas e desproporcionais acaba por restringir a participação de interessados, prejudicando o objetivo da ampla participação de empresas

En ese sentido, nos gustaría entender si el consorcio de las firmas de auditoría que ganaron la licitación del año anterior, están calificadas para participar de esta licitación, considerando que el tiempo de prestación de servicio se extendería a un total de 6 años consecutivos, o eso ya sería una restricción para la licitación.

RESPUESTA

Para el caso citado, el licitante se encuadra en la restricción del sub-ítem 1.7.1 “f” del PBC y, por tanto, no estaría calificado para participar de la licitación.

PREGUNTA 21.

Considerando lo dispuesto en el PLIEGO DE BASES Y CONDICIONES: de la Licitación Pública Binacional EF 1811-23:

1.7.1 No podrán participar en licitaciones, ni contratar con la ITAIPU:

(...)

“f) personas jurídicas que se encuadren en impedimentos y/o incompatibilidades con la prestación de servicios objeto de esta licitación, en relación a la ITAIPU, la FIBRA, CAJUBI, FPTI-BR, FSI, FPTI-PY y TESAI, conforme los artículos 22 al 24 y artículo 31 de la Instrucción CVM n° 23, del 25 de febrero de 2021 y de acuerdo con la normativa profesional vigente del Consejo Federal de Contabilidad;”

(las comillas son nuestras)

Considerando que la Itaipú no es una Compañía de Capital Abierto y no está regulada por la CVM;

Considerando, además, que ni en el Gobierno de Itaipu, ni en el Tratado Binacional, surge el tema de la necesidad de rotación de auditores;

Considerando, además, que en la Licitación Pública Binacional EF1601-20, para la contratación de una auditoría, sólo se incluyó la siguiente restricción:

“f) personas jurídicas que se encuadren en impedimentos y/o incompatibilidades con la prestación de servicios objeto de esta licitación, en relación a la ITAIPU, FIBRA, CAJUBI, FPTI-BR, FSI, FPTI-PY y TESAI, conforme los artículos 22 al 24 de la Instrucción CVM n° 308, de 14 de mayo de 1999;”

Considerando que incluir restricciones excesivas y desproporcionadas termina restringiendo la participación de los interesados, perjudicando el objetivo de amplia participación de empresas

qualificadas e poderiam frustrar o objetivo da contratação;

1.1) Diante do exposto entendemos que o edital será revisado a fim de guardar razoabilidade com o objetivo da contratação, visto a Itaipu não ser regulada pela CVM. Está correto o nosso entendimento?

1.2) Caso a resposta acima seja negativa, gostaríamos de confirmar que a restrição referente ao art. 31 da CVM passará a ser aplicada somente a partir dessa licitação, desconsiderando as auditorias realizadas na Itaipu até o exercício de 2022. Está correto o nosso entendimento?"

RESPOSTA

1.1) Entendimento incorreto.

1.2) Entendimento incorreto. O item mencionado já constava em licitações anteriores.

A menção da norma da CVM é textual. A ITAIPU se reserva em definir os critérios técnicos conforme estratégia empresarial. Entendemos que o rodízio da auditoria externa é um aspecto relevante.

Adicionalmente, a não obrigatoriedade de atendimento aos normativos da CVM não impede a adoção de certos procedimentos de acordo com suas normas, o que pode ser adotado como boas práticas empresariais, tal como fazemos com a SOX.

II) Permanecem inalteradas as condições contidas no Caderno de Bases e Condições do Concorrência Binacional EF 1811-23.

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 19.01.24

calificadas y podría frustrar el objetivo de contratación;

1.1) En vista de lo anterior, entendemos que el pliego será revisado con el fin de mantener la razonabilidad para el objeto del contrato, ya que Itaipú no está regulada por la CVM. ¿Está correcto nuestro entendimiento?

1.2) Si la respuesta anterior es negativa, nos gustaría confirmar que la restricción referida al art. 31 de la CVM sólo se aplicará después de esta licitación, sin tener en cuenta las auditorías realizadas en Itaipú hasta el ejercicio 2022. ¿Es correcto nuestro entendimiento?

RESPUESTA

1.1) Entendimento incorreto.

1.2) Entendimento incorreto. El ítem mencionado ya estaba incluido en licitaciones anteriores.

La mención de la norma CVM es textual. La ITAIPU se reserva el derecho de definir los criterios técnicos de acuerdo con la estrategia empresarial. Entendemos que la rotación de la auditoría externa es un aspecto relevante.

Además, la no obligación de cumplir con las normas de la CVM no impide la adopción de ciertos procedimientos de acuerdo con sus normas, que pueden adoptarse como buenas prácticas comerciales, tal como lo hacemos con SOX.

II) Permanecen inalteradas las condiciones contenidas en el Pliego de Bases y Condiciones de la Licitación Pública Binacional EF 1811-23.

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 19.01.24